



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS) E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NO CAMPO FEMINISTA-MARXISTA

CAMILA CARDUZ ROCHA¹

CAMILA CAROLINE DE O. FERREIRA

LARISSA MORETTI BLANCO

MARIANA SATO DOS REIS

RESUMO

O presente artigo pretende oferecer elementos que permitam delinear as bases teóricas, políticas e conceituais da Teoria da Reprodução Social (TRS), construindo um diálogo profícuo com o Serviço Social. Para tanto, partimos do entendimento que a perspectiva da TRS se constitui como uma importante ferramenta para a apreensão da realidade em uma perspectiva de totalidade, capaz de não só evitar as habituais fragmentações que rodeiam o debate sobre gênero, raça e classe, mas, sobretudo, de reabastecer a radicalidade do campo marxista em direção à emancipação humana, com uma postura mais atenta aos desafios do tempo presente e das particularidades de um país de capitalismo dependente como o Brasil.

Palavras-chave: Feminismo-Marxista. Teoria da Reprodução Social. Serviço Social. Totalidade Social.

RESUMEN

Este artículo pretende ofrecer elementos que permitan delinear las bases teóricas, políticas y conceptuales de la Teoría de la Reproducción Social (TRS), construyendo un diálogo profícuo con el Trabajo Social. Para ello, partimos de la comprensión de que la perspectiva de la TRS es una herramienta importante para aprehender la realidad desde una perspectiva de totalidad, capaz no sólo de evitar la fragmentación habitual que rodea el debate sobre género, raza y clase, sino sobre todo de repotenciar la radicalidad del campo marxista hacia la emancipación humana,

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

con una postura más atenta a los desafíos de la época actual y a las particularidades de un país con capitalismo dependiente como Brasil.

Palabras clave: Feminismo-Marxista. Teoría de la Reproducción Social. Totalidad Social.

1. Introdução

Este artigo pretende oferecer elementos que permitam fazer uma aproximação com as bases teóricas, políticas e conceituais da perspectiva marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS), que busca, a partir da categoria da totalidade, refletir sobre a relação de unidade, *necessária-porém-contraditória* (Ruas, 2019) entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho. Esta é uma perspectiva que vem refletindo sobre a unidade entre a exploração e as opressões (de raça, gênero, sexualidades e território), propondo que as lutas contra as opressões são parte da luta de classes.

Iniciaremos com uma breve seção sobre a TRS, que abrange os desafios contemporâneos enfrentados na teorização sobre raça/etnia, gênero e classe no âmbito do marxismo, sua recente consolidação como um campo de convergência marxista e sua recepção em terras brasileiras. Logo, traremos alguns elementos que consideramos que dialogam com o Serviço Social no horizonte do seu Projeto Ético-Político. E, por fim, faremos algumas considerações finais no sentido de recuperar o que foi exposto ao longo do artigo e apontar para a necessidade da unidade da classe trabalhadora na sua luta por emancipação.

2. Situando a Teoria da Reprodução Social: os desafios contemporâneos na teorização sobre raça/etnia, gênero e classe social no campo marxista

As aproximações entre feminismo e marxismo são, evidentemente, muito anteriores à Teoria da Reprodução Social (TRS), sendo historicamente marcadas por “alianças, encontros frustrados, aberta hostilidade, amores e desamores” (Arruzza, 2019, p.31). Contudo, apesar dos êxitos acumulados, essas aproximações ainda esbarram em velhas tensões, que envolvem ora submeter o gênero à classe, ora distanciar-se da classe, hierarquizando as lutas e a apreensão do real. A dimensão da raça, quando considerada, acaba por padecer desse mesmo movimento.

Frente a esse cenário, a TRS promove um ajuste fino nessa relação, sintonizando o debate feminista e antirracista à teoria social de Marx, a partir da recuperação da totalidade enquanto categoria central da dialética marxista. O resultado desse esforço é um convite franco e aberto à necessária superação de perspectivas duplas ou triplas que entendem classe, gênero e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

raça a partir de sistemas de exploração-opressão autônomos ou independentes, que estariam interligados, imbricados, consubstanciados ou interseccionados entre si, a saber: o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

Na contramão dessa direção, a TRS propõe uma *teoria unitária* das relações sociais capitalistas, capaz de apreender a dinâmica da acumulação capitalista enquanto uma “totalidade articulada, complexa e contraditória” (Arruzza, 2015, p.55) na qual produção e reprodução são processos que ocorrem em unidade; e raça, gênero e territorialidade componentes constitutivos da lógica de produção e reprodução do valor. Isto ampliará a maneira como apreendemos as categorias trabalho, classe social e luta de classes. *Marxismo e a opressão às mulheres, rumo à uma teoria unitária* (Vogel, 2022) é um marco para o que virá a ser a TRS e pode ser considerada como a elaboração teórica mais robusta na direção de uma abordagem materialista histórico-dialética, capaz de evidenciar a *relação* entre a opressão às mulheres e o processo de acumulação de capital. Vogel inova na análise ao deslocar a centralidade de perspectivas trans-históricas sobre o patriarcado, que partiam da divisão sexual do trabalho, do trabalho doméstico e da família, como cerne da opressão às mulheres (Rocha, *et al.* 2022), o que reproduzia a lógica de existência de sistemas duplos entre as feministas socialistas/marxistas². Ao estabelecer como premissa de sua investigação a reprodução biológica, a regeneração diária (atenção às necessidades cotidianas de provisão e cuidado) e a reposição geracional da força de trabalho, - trabalhos realizados principal e majoritariamente por mulheres -, Vogel questiona como a força de trabalho, a *mercadoria especial* (Marx, 1988) do capitalismo, é ela mesma produzida³. Para responder essa pergunta, ela assume o desafio de reconstruir criticamente categorias fundamentais do livro I da obra madura de Marx - *O Capital* - e demonstra como o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados) é condição para a produção de valor e para a própria reprodução do modo de produção capitalista como um todo. Ao fazê-lo, ela evidencia um processo mais amplo e complexo, que possibilita a reprodução da força de trabalho em suas múltiplas determinações, articulando diversos tipos de trabalho, chamados de *trabalhos de reprodução social*, que podem ser remunerados ou não, assalariados ou não, produtivos ou não, que ocorrem no âmbito privado e público, de maneira individual, mas também coletiva e social, por meio da unidade doméstica, do Estado e do mercado.

Assim, a família, apesar de ser o lugar privilegiado da reprodução, regeneração e reposição da força de trabalho, não é o único *locus* onde esses processos acontecem, já que

² Para um maior aprofundamento sobre os sistemas duplos e triplos, ver Arruzza, 2015.

³ Marx (1988) considera a força de trabalho uma mercadoria *especial, única, extraordinária* (a depender da tradução) porque é a única mercadoria que porta a capacidade de produzir mais-valor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ocorrem também por meio de instituições estatais, tais como creches, centro de acolhida, prisões, hospitais, escolas, instalações de lazer, entre outras, e pelo mercado, por meio da oferta de serviços mercantilizados, assim como por meio da escravização e da imigração de trabalhadores (Ruas, 2019; Vogel 2022). Isto muda qualitativamente a análise, pois coloca a opressão às mulheres na posição diferencial que elas ocupam nos processos de reprodução da força de trabalho (seja em termos de sua capacidade biológica, como dos trabalhos que realizam), ou seja, na relação que elas ocupam entre produção e reprodução. Isto transforma a qualitativamente a análise da divisão sexual, que já não é mais causa, senão a consequência.

A autora apreende a lógica capaz de elucidar o modo por meio do qual os processos de *exploração-opressão* são produzidos e reproduzidos na dinâmica capitalista, diferenciando-se de outras abordagens, que também indagavam sobre a *base material* da opressão às mulheres. Suas contribuições ganham relevância em um contexto em que o marxismo enfrenta o desafio de não apenas fazer sínteses com os feminismos, mas de se aprofundar no próprio método materialista histórico-dialético, de Marx, para apreender a divisão social do trabalho e a reprodução social da força de trabalho em suas múltiplas determinações (tanto no que concerne à racialização, à generificação e à territorialização, quanto nas suas dimensões objetiva e subjetiva)⁴. Além disso, passa a ser crucial reconhecer que as ideologias patriarcal, racista e cisheteronormativa são parte do processo de acumulação capitalista, sendo mais do que simplesmente funcionais ou úteis para o capitalismo⁵.

A busca pela construção de uma teoria unitária, a partir dos acúmulos das produções e lutas feministas e marxistas, terminou produzindo um deslocamento e uma mudança de

⁴ Recuperamos a noção de racialização como uma construção social, já que as raças não existem biologicamente, mas surgem como tal a partir do processo de colonização na consolidação do capitalismo e da criação do racismo científico como base teórica para fundamentar essa construção social (Machado-Gouvea & Carduz-Rocha, 2021). Assim como que a *branquitude* também se constitui como uma raça, um pretense sujeito universal, considerado superior às demais raças e etnias, o que nos permite compreender o caráter estrutural do racismo e da xenofobia. No que tange à generificação, o modo de produção capitalista se constitui a partir de relações binário-generificadas e cisheteronormativas, dando também caráter de sujeito universal aos homens cisgênero heterossexuais e, portanto, toda dissidência de gênero e sexualidade é menos valorizada na sociedade capitalista no que diz respeito à própria humanização. A generificação é racializada em processos co-constitutivos do colonialismo, na acumulação primitiva do capitalismo, devido às metamorfoses na compreensão da genitália como designação sexual. Pessoas racializadas (originárias e escravizadas) com genitália feminina não foram imediatamente identificadas como mulheres (Lugones, 2008). Foram, em um primeiro momento, uma espécie animal não humana e, depois, um tipo especial (raça inferior) de sub-humanidade abjeta. Por mais que os padrões colonialistas não se reproduzem mais dessa maneira atualmente, as análises raciais e de gênero do capitalismo não podem ser apartadas, pois a generificação opera de maneira distinta, a depender das particularidades sócio-históricas e da composição da população que foi historicamente racializada (Oliveira, 2021). A territorialização, diante do desenvolvimento do capitalismo a partir de um centro e de uma periferia dependente, que supõe uma divisão internacional/territorial do trabalho, está intimamente vinculada ao imperialismo, ao racismo e à xenofobia. Para uma maior apreensão sobre o processo de valor da força de trabalho também na sua dimensão ética, ver Machado Gouvea & Carduz-Rocha, 2021.

⁵ Para uma síntese sobre as críticas à obra de Vogel, ver Ruas, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

paradigma sobre qual seria a “origem” e a “base material” da opressão às mulheres. Isso significa que a reprodução da força de trabalho não é compreendida apenas como uma atividade individual e restrita ao núcleo familiar. Ao contrário das teorias que tinham como enfoque a divisão sexual do trabalho na família, reconhece-se que não há uma única origem, raiz ou causa da opressão às mulheres. Em vez disso, entende-se que a reprodução da força de trabalho é um processo social e coletivo, envolvendo toda a sociedade, incluindo o Estado e o mercado. Dessa forma, busca-se uma abordagem dialética para apreender a *relação* de subordinação dos processos de reprodução da vida ao processo de acumulação de capital, e as *relações* que são estabelecidas nesse processo, assim como suas contradições internas.

A proposta de elaboração de uma teoria unitária legada por Vogel abre caminhos para a Teoria da Reprodução Social.

2.1 A Teoria da Reprodução Social: um campo de convergência marxista-feminista antirracista

Com o avanço do neoliberalismo e o aprofundamento da crise estrutural do capital, a classe trabalhadora tem carregado ainda mais o ônus de sua reprodução. Essa situação se agravou pelos efeitos da crise de 2007/2008, que teve como epicentro os Estados Unidos, mas que reverberou em toda a América Latina. Seus impactos ultrapassaram os limites do âmbito econômico e tiveram consequências profundas na reestruturação das relações de produção e reprodução social, alcançando dimensões políticas, sociais, geopolíticas, éticas e ecológicas. Um dos resultados desse processo foi o avanço de uma onda neoconservadora e/ou neofascista em todo o mundo, intensificada a partir de 2015.

Do embate entre a ofensiva do capital sobre as classes trabalhadoras em todo o mundo e as respostas vindas de organizações, movimentos sociais e partidos que passaram a reconhecer a importância de unificar diversas lutas - incluindo as antirracistas, indígenas, feministas, anti-LGBTQIAPN+fobia, pelos direitos ambientais, anti-capacitistas, entre outras - como parte da luta de classes, emerge um campo convergente de marxistas. Essas e esses intelectuais-militantes, inspirados pelo pioneirismo de Vogel duas décadas antes, retomam a questão essencial: *se a força de trabalho produz valor, então como a força de trabalho produz a si mesma?*

Esse campo de convergência, que conta com destacados nomes como Susan Ferguson, David McNally, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruzza, adotou a denominação de Teoria da Reprodução Social. Essa designação faz referência à tradição do Feminismo da Reprodução



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social, um campo político e teórico feminista ao qual se filiam.

De acordo com Bhattacharya (2023), as intelectuais-militantes da TRS não se enquadram em uma única tradição política ou perspectiva teórica unificada. Em vez disso, elas estão envolvidas em analisar as relações sociais capitalistas com base na teoria social de Marx, no campo da crítica da Economia Política, sempre adotando o *ponto de vista* da classe trabalhadora. Segundo Ruas⁶, suas raízes e principais influências passam pelas lutas no âmbito da reprodução, pelos movimentos de mulheres e lutas reprodutivas dos séculos XIX e XX, pela experiência da Revolução Russa e a experiência soviética, pelo acúmulo e debates dos feminismos e dos marxismos negro, anticolonial e anti-imperialista.

Cabe destacar, contudo, que no campo do Feminismo da Reprodução Social, há outra perspectiva, a perspectiva autonomista, que teve profunda incidência política na Itália, principalmente com a Campanha por *Salários para o Trabalho Doméstico*, da qual a perspectiva da TRS diverge em um ponto crucial: o caráter do trabalho doméstico não remunerado. Para as autonomistas, o trabalho doméstico não remunerado, realizado pelas “donas de casa” nas unidades domésticas, produz valor e para as intelectuais da TRS esse mesmo trabalho não produz valor (Arruzza, 2015; Bhattacharya, 2019a; Ferguson, 2020; Varela, 2020; Vogel, 2022). Essa divergência não é meramente teórica, apenas fundamentada em uma perspectiva diferente sobre a crítica à teoria valor-trabalho de Marx, mas é, acima de tudo, uma divergência política e prática sobre como incidir na luta de classes.

As raízes e influências da TRS levam suas pensadoras a explorar como as opressões são coproduzidas simultaneamente com a produção de mais-valor, tornando-se parte orgânica da dinâmica do processo de acumulação de capital. Neste sentido, a TRS busca ampliar a perspectiva sobre o trabalho e a classe trabalhadora, ao tentar superar representações reducionistas e/ou deterministas de um marxismo indiferente às questões de raça, gênero e sexualidades. Ao mesmo tempo, apresenta de maneira criativa a totalidade orgânica do capitalismo como um modo de produção (Bhattacharya, 2023).

Isto porque a classe trabalhadora não é uma "classe em abstrato", assim como nenhuma determinação da realidade. *Só o que existe, existe*⁷ e, por serem reais, as determinações são sempre concretas. O que é abstrato é o esforço teórico que podemos fazer para interpretá-las e

⁶ Essas informações referenciadas foram coletadas do material visual realizado e apresentado pela docente e pesquisadora Rhaysa Ruas em sua aula sobre Teoria da Reprodução Social, ministrada em 03 de maio de 2023 na Atividade Programada (ATP) da PUC-SP.

⁷ Esta frase foi amplamente divulgada após ser repetida inúmeras vezes pela docente Marina Machado Gouvea da UFRJ em seu curso *Lendo O Capital na quarenta - uma leitura antirracista, feminista e latino-americanista*, apresentado no canal de YouTube durante a pandemia da Covid-19. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@lendoocapital7533>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apreendê-las no pensamento. Esse esforço de fato se relaciona com a prática, na medida em que só pode partir da realidade concreta, em seu movimento contínuo, e na medida em que informa nossa visão de mundo e, portanto, nossas ações, na unidade da práxis humana. Em outras palavras, não é suficiente compreender ou agir em relação à "classe trabalhadora" de forma abstrata, sem reconhecer que essa classe carrega consigo determinações sociais vinculadas às relações sociais de raça, gênero, sexualidades, geográficas, entre outras. Essas determinações não podem ser separadas da reprodução da classe trabalhadora em todos os aspectos da vida social, nem devem ser isoladas e limitadas apenas ao âmbito cultural. Assumir uma perspectiva filosoficamente essencialista ou idealista, ou postular uma realidade desvinculada dessas determinações, é negar a realidade existente (Machado Gouvea, 2017, 2018 e Machado Gouvea & Mastropaolo, 2019). Portanto, é necessário adotar uma abordagem que reconheça a totalidade social, em que as dimensões da objetividade e da subjetividade compõem uma unidade de diversos. (Machado-Gouvea & Carduz-Rocha, 2021).

Para abordar a classe trabalhadora em sua totalidade e considerar todas as suas determinações, a perspectiva da TRS busca destacar a relação entre a existência da força de trabalho e a de sua vida produtiva sob o domínio direto do capital, pois a relação entre esses âmbitos tem o potencial de marcar o caminho da luta de classes (Bhattacharya, 2023).

2.2 Situando a Teoria da Reprodução Social na realidade social brasileira A incursão da perspectiva da TRS no Brasil se defronta com as particularidades de um país de capitalismo dependente e periférico, conformado historicamente pela colonização de um território vasto e plural, que se dá a partir da escravização de pessoas negras sequestradas na África e do etnogenocídio das populações originárias, com um profundo processo de expropriação de seus saberes e práticas ancestrais. Diante de tal processualidade caótica e perversa, as relações sociais racializadas, generificadas e territorializadas do capitalismo que aqui se edificaram possuem especificidades que merecem ser apreendidas para serem transformadas, tendo como referência a dinamicidade do capitalismo desigual e combinado que se perpetua a partir da *superexploração da força de trabalho*, expressa na violação do seu valor e na negação das condições mínimas necessárias à sua reprodução (Marini, 1973). O legado da luta e resistência de mulheres negras e originárias contra a escravidão durante o período da colonização, que marcaram formas de relações sociais de produção e reprodução da vida, em sua dinâmica de mudança e conservação expressas até os dias de hoje, constitui o ponto de partida para pensar a luta de classes e a construção da TRS nesse território.

Portanto, o desafio de localizar a tradição feminista-socialista no Brasil passa por não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reduzir essa busca em textos e reflexões sobre o capitalismo e a opressão às mulheres, como podemos encontrar na literatura europeia e estadunidense. Tornam-se imprescindíveis as análises que considerem e situem os processos de lutas e resistências intergeracionais de mulheres negras e originárias, de sua cosmogonia, oralidade e práticas que informaram e informam a sua atuação política (Rocha, *et.al.*, 2022).

Nesse sentido, as lutas e resistências ao longo da historiografia brasileira também terão uma influência significativa no campo das formulações teóricas dentro e fora da academia - ainda que com diversas limitações. Nas décadas de 1960 e 1970, enquanto mulheres nos países do centro do capitalismo estavam realizando debates importantes em relação ao trabalho doméstico e à opressão às mulheres, aqui, na *Nossa América*, enfrentávamos em muitos países uma conjuntura de repressão, diminuição da circulação de perspectivas revolucionárias e das produções antirracistas, de feministas-socialistas e marxistas, próprias do período da ditadura empresarial-cívico-militar (Rocha, *et. al.*, 2022). Além disso, grande parte da população, sobretudo no Brasil, residia em áreas rurais, com pouco ou nenhum acesso à educação e à saúde, relegadas às condições de esquecimento e negligência estatal.

Assentada sob essa mesma perspectiva, Ruas⁸ destaca que, no Brasil, a perspectiva da TRS tem influência das lutas que vêm se dando e se localizam no âmbito da reprodução desde o século XIX como, por exemplo, nos Quilombos rurais e urbanos (angus/zangus)⁹, na experiência da Greve dos Ganhadores (1857)¹⁰, assim como nas várias expressões do samba e das lutas das mulheres trabalhadoras. Sobre esse legado, a autora destaca o Coletivo Nzinga, o Geledés, o Criola, bem como, as contribuições de feministas socialistas, de feministas lésbicas e dos movimentos indígenas e do campo, como fontes de inspiração e influência para pensar a realidade a partir de uma teoria unitária.

Ruas¹¹ apresenta que a partir da institucionalização dos debates de raça e gênero nas universidades, a perspectiva da TRS tem como principais influências acadêmicas as

⁸ Idem nota de rodapé 13. As informações aqui referenciadas foram coletadas do material visual realizado e apresentado pela docente e pesquisadora Rhaysa Ruas em sua aula sobre Teoria da Reprodução Social ministrada em 03 de maio de 2023 na ATP.

⁹ Ruas, na aula da ATP-PUC-SP, descreve essas lutas como nossas principais experiências históricas de sociabilidade alternativa e revolucionária. Os angus e zungus foram experiências urbanas que garantiram a solidariedade e a resistência das populações negras.

¹⁰ Ruas, na aula da ATP-PUC-SP, considera a Greve dos Ganhadores um marco, a primeira experiência grevista no Brasil, em 1857, na Bahia e diz que está muito relacionada ao âmbito da reprodução da vida, que remonta ao setor de serviços como conhecemos hoje, mas que na época eram realizadas por pessoas escravizadas, libertas ou livres, todas com ascendência africana, que se organizavam e resistiam. Sugere a leitura de *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*, de João José Reis.

¹¹ Idem nota de rodapé 13. As informações aqui referenciadas foram coletadas do material visual realizado e apresentado pela docente e pesquisadora Rhaysa Ruas em sua aula sobre Teoria da Reprodução Social ministrada em 03 de maio de 2023 na ATP-PUC-SP.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contribuições de Lélia González, Heleieth Saffioti, Beatriz Nascimento, assim como os debates inacabados do feminismo socialista das décadas de 1960/70, dos Feminismos negros, chicanos, lésbicos, anti-imperialista e decolonial da década de 1980, do Feminismo Negro Interseccional da década de 1980/90, dos debates da Economia Política Feminista desde a década de 1980, especialmente da Economia Política Feminista Canadense,¹² e da contribuição fundamental de Lise Vogel que foi retomada a partir de 2013 com o relançamento de sua obra¹³.

Por último, mas não menos importante, a perspectiva da TRS tem se inspirado na retomada da Greve Internacional de Mulheres e nas lutas antirracistas, anti LGBTQIAPN+fóbicas, anticoloniais e anti-imperialistas que voltam a ocupar as ruas no século XXI, evidenciando a insustentabilidade do modo de produção capitalista para a maioria da população mundial, agudizada ainda mais pela pandemia da Covid-19 a partir de 2020, que trouxe consequências catastróficas para a classe trabalhadora em geral. No entanto, é importante ressaltar que essas consequências se tornaram qualitativamente mais severas para grupos específicos, como populações negras e indígenas pauperizadas, as mulheres, as crianças, as populações (i)migrantes, bem como as dissidências de gênero e sexualidades.

É na incorporação desses debates nos estudos acadêmicos e na luta engajada de movimento de mulheres que a perspectiva da TRS chega com maior expressividade no Brasil, impulsionando, inclusive, a tradução de obras importantes, como o próprio livro de Lise Vogel, *Marxismo e a opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária*, publicado em 2022 pela editora Expressão Popular e o livro de Tithi Bhattacharya, *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*, publicado em 2023 pela editora Elefante.

3. Possíveis contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Serviço Social Apesar de ser condição para a acumulação capitalista, a reprodução social da força de trabalho é constantemente comprimida, pois sua compressão é um meio para aumentar a extração de mais-valor. O capital restringe de todas as formas possíveis (até ser impedido ou freado pela

¹² Ruas, na aula da ATP, retoma a existência de feministas na Europa, Estados Unidos e, principalmente no Canadá, que constituíram o campo da Economia Política Feminista, que trouxe para o centro das suas pesquisas o tema da Reprodução Social. Ela explica que a TRS beberá muito dessa fonte. Para um maior aprofundamento sobre essas contribuições ver Ruas, 2020a.

¹³ Autoras importantes como Lélia González e Heleieth Saffioti são pioneiras no Brasil ao teorizar a partir de uma perspectiva unitária, em que a raça, gênero e classe são analisados a partir de uma unidade, e oferecerem uma base analítica para apreender as relações sociais racializadas e generificadas a partir da formação sócio-histórica brasileira e, portanto, encarnando a história de resistência e lutas populares, feministas, originárias, negras e socialistas, ainda que existam tentativas de apagamento de suas formulações, sobretudo de suas perspectivas anticapitalistas e marxistas. A partir dessas formulações embrionárias de uma perspectiva de totalidade, é pelo legado dessas autoras no Brasil que a perspectiva da TRS pretende avançar em um feminismo-marxista que dialogue com a realidade de países de capitalismo dependente e periférico (Rocha, *et. al*, 2022), sobretudo considerando as (re)existências de mulheres nesse processo histórico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

própria luta de classes) o acesso da classe trabalhadora aos seus meios de subsistência e reprodução, precarizando as condições de reprodução da vida. Há, portanto, uma crise permanente da reprodução social ou crise reprodutiva social (Ruas, 2020). Isto sinaliza o fato de que toda reestruturação produtiva implica uma reestruturação reprodutiva, e toda mudança que ocorre no âmbito da reprodução social também impacta no âmbito da produção.

A redução salarial e a retirada de direitos trabalhistas impactam na qualidade de vida das/os trabalhadoras/es na medida em que estreita as possibilidades de resposta às necessidades básicas. A inexistência de um salário capaz de contemplar as condições objetivas de reprodução pode, inclusive, fomentar condições para a reprodução da violência, do aumento da insegurança alimentar e da evasão escolar de crianças, as quais acabam precisando trabalhar para complementar a renda familiar. Por outro lado, a existência do racismo e do sexismo, entre outras opressões, nos espaços de convívio social, intrafamiliar e comunitário podem desdobrar em alto nível de violência doméstica, no acesso precário e/ou inexistente a condições dignas de vida, negativamente na entrada e permanência desses sujeitos no mercado de trabalho, além de dificultar a sua organização política por melhores condições de trabalho e de reprodução da vida, assim como serem jogados à informalidade e aos trabalhos mais precarizados.

É justamente nessas expressões da crise permanente de reprodução social que nosso exercício profissional se materializa e, desse modo, um/a assistente social que não apreende a unidade contraditória entre produção e reprodução, alcançando as determinações que engendram as relações sociais racializadas, generificadas e territorializadas no capitalismo, em um país dependente e subimperialista como o Brasil, pode incorrer em "tropeços" práticos. Afinal, teoria e prática não podem ser dissociadas e fundamentam a instrumentalidade do nosso exercício profissional crítico, orientado pelo *Projeto Ético-Político* da profissão.

Tendo em vista que as políticas sociais se configuram como o campo de trabalho principal da profissão, destaca-se a centralidade oferecida pela TRS ao papel crucial exercido pelo Estado e suas instituições na tarefa de reprodução da força de trabalho para a reprodução ampliada do capital: “como a educação pública e os sistemas de saúde, instalações de lazer nas comunidades, benefícios sociais e pensões para idosos” (Ruas, 2020, p. 190).

Essa afirmação implica na consideração do Estado e, conseqüentemente, do fundo público, na elaboração e execução de políticas sociais responsáveis por reproduzir as formas de vida mais adequadas à exploração da força de trabalho (Fonseca e Alencar, 2021; Bhattacharya, 2019). Contudo, chamamos atenção para um ponto importante: mesmo com outras instituições e organizações, ligadas ao Estado, assumindo parte da tarefa de reprodução da força de trabalho,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as mulheres continuam sendo majoritariamente responsáveis pela execução desses trabalhos, como assistentes sociais, pedagogas, professoras, enfermeiras, doulas e acompanhantes/cuidadoras, as principais responsáveis por uma série de trabalhos de manutenção e regeneração da força de trabalho.

Nesse contexto, as mulheres, especialmente as mulheres negras e originárias, são frequentemente relegadas a postos de trabalho com piores remunerações, maiores níveis de precarização, submetidas, ainda, a formas inusitadas de expropriação de seus salários por meio do endividamento.

Na medida em que somos uma profissão inserida nas dinâmicas capitalistas de reprodução da vida, como já mencionado, além de majoritariamente feminina e racializada como preta, parda e indígena em nossa composição¹⁴, de que forma esse estado de coisas se traduz em nosso cotidiano de trabalho? Recordamos aqui o “tripé terceirização, flexibilização e precarização” (Raichelis, 2020, p. 26), formas concretas da nova morfologia do trabalho impostas pelo capital, e pelo Estado neoliberal ao seu serviço, como estratégia de recomposição do padrão de acumulação capitalista. Tripé que encontrou, nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e na pandemia de Covid-19, condições objetivas para avançar sobre todos os setores, inclusive sobre a categoria profissional de assistentes sociais, diversificando suas formas de contratação, organização e seus processos de trabalho.

Se temos como pressuposto de atuação a defesa de um Projeto Ético-Político de natureza crítica, comprometido eticamente com a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, e com o esforço de “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade” (CFESS, 2012, p. 128-129), encontramos, a partir da TRS, pistas que podem nos permitir avançar nessa direção emancipatória.

Ao afastar-se do entendimento sobre o capitalismo como um conjunto de leis econômicas, a TRS busca apreender as múltiplas opressões como determinações que forjam processos diferenciados, ainda que unificados, de reprodução da vida sob a ordem capitalista. Nesse sentido, tal perspectiva evidencia os *processos diferenciados de reprodução* da classe trabalhadora. Ou seja, dentro da própria classe trabalhadora, os acessos aos meios de reprodução da vida não são os mesmos, pois variam de acordo com a raça, o gênero, o território, a cultura, a religião, etc. das pessoas. Essa diferenciação, que também está associada à cesta

¹⁴ Segundo a pesquisa recente sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil, publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais Ebook.pdf>. Acesso em julho de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de bens e produtos consumidos por essas pessoas e que se reproduz por meio do racismo, do sexismo, da xenofobia, etc, está na base da determinação do valor da força de trabalho¹⁵.

Nesse sentido, as opressões podem ser apreendidas como estruturais, presentes desde os processos mais primários de socialização e mais básicos de vida da população atendida por assistentes sociais¹⁶, por exemplo, basta levarmos em consideração a qualidade inferior das escolas, serviços de assistência social, saúde, lazer e cultura, as condições de moradia, água, ar e saneamento básico, ofertados e administrados pelo Estado capitalista nos territórios onde vive a classe trabalhadora, na qual há maior predominância de população racializada como preta, parda, indígena, asiática, etc.

Em suma, a TRS considera que as múltiplas opressões são inerentes à sociabilidade capitalista e essenciais à reprodução ampliada do modo de produção vigente, pois garantem, por meio de mecanismos de expropriação, reatualizados geracional e cotidianamente, a reprodução de formas de vida adequadas aos diferentes níveis necessários de exploração da força de trabalho e a permanente existência de pessoas necessitadas de vendê-la para garantir a sobrevivência (Arruzza e Bhattacharya, 2020; Fraser, 2019 [2016]; Ruas, 2019; Fonseca e Alencar, 2021).

Neste sentido, a perspectiva da TRS se faz promissora no diálogo com o Serviço Social, permitindo uma apreensão unitária das relações sociais de exploração e opressão para análise da realidade, da própria *questão social*, e do trabalho profissional, adensando ainda mais corpo e sentido ao *Projeto Ético-Político Profissional* na direção da emancipação humana.

Para isso, aponta para a necessidade de reconstrução crítica das categorias de análise e dos debates que permeiam a profissão, promovendo a incorporação de autoras, autores, assistentes sociais negras, negros, negres, latino-americanes, indígenas,

¹⁵ “De maneira semelhante, suponhamos que uma certa cesta de bens (x) seja necessária para ‘reproduzir’ um trabalhador em particular. Essa ‘cesta de bens’ contendo comida, abrigo, educação, saúde e assim por diante é então consumida por esse trabalhador mítico (ou, alguém diria, universal) para se reproduzir. Mas o tamanho e o conteúdo da cesta não variam dependendo da raça, nacionalidade e sexo do trabalhador?” (BHATTACHARYA, 2018, on-line).

¹⁶ Como mencionado, Fonseca e Alencar (2021, p. 325), apoiados em Luce (2028, p. 178), teorizam sobre o padrão social-reprodutivo brasileiro a partir da condição de dependência de nossa economia capitalista, isso significa a consideração da chave explicativa proposta pela Teoria Marxista da Dependência (TMD), em sua análise da superexploração da força de trabalho, para apreender as formas pelas quais o capital avança sobre o “fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida (...)”. Em outras palavras: a remuneração sempre abaixo do seu valor real nos países de Sul Global não é suficiente para repor o desgaste advindo da atividade laborativa, além dos processos históricos de intensificação e prolongamento da jornada. Em suma, a superexploração da força de trabalho é uma importante categoria para compreender a histórica remuneração da força de trabalho abaixo de um valor que possa cobrir, de forma efetiva, as necessidades de reprodução da vida da classe trabalhadora nesses territórios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

quilombolas, dissidências de gênero e sexualidades, imigrantes e todas as pessoas que constroem cotidianamente a possibilidade de resistir ao capital.

5. Considerações finais: recolhendo as tecituras

Conforme buscamos apresentar ao longo do texto, a TRS é uma perspectiva teórico-metodológica e política que nos permite lançar luz sobre os processos que envolvem a reprodução da força de trabalho no capitalismo, assumindo que a reprodução é indissociável da produção capitalista e um campo de luta inegável. Ao reconhecer a produção e reprodução da vida humana como central, abarcando todo o trabalho que estes processos envolvem (remunerado, não remunerado, produtor ou não de valor), a TRS amplia, portanto, o potencial revolucionário das lutas, ao considerar, inclusive as que estão fora do âmbito da produção de mercadorias.

Marx não propôs a apreensão da realidade como objetivo final, mas sua transformação e superação para a construção de uma nova sociedade livre de exploração, opressão, dominação e alienação. A partir da apreensão da totalidade das relações sociais capitalistas é que podemos traçar os pontos de solidariedade no interior da classe trabalhadora, tão diversa e heterogênea, que podem ser novos horizontes das lutas necessárias, coletivas e revolucionárias.

Contudo, o real nos lembra que não há tempo para protelar nem claudicar. O cenário atual é de crise estrutural do capital, de fome, de desemprego e precarização das relações de trabalho, de trabalho análogo à escravidão, de falta de moradia digna, saúde e educação públicas e de qualidade, de endividamento, de aquecimento global com queimadas nas matas e florestas, de desmatamento, de agrotóxicos e veneno em nossas mesas e corpos, de guerras, de assassinatos da juventude negra, pobre, periférica, de assassinatos da população trans, de feminicídio, violências contra as mulheres e de enormes contingentes de crianças fora das escolas, tudo isso sendo destinado para a maioria da população, nossa classe trabalhadora, a que nos importa considerar neste trabalho e para a qual se volta nossa práxis.

É inadiável pensarmos, a partir da formação histórica e social de nosso território, nas diversas e múltiplas formas de sobrevivência e reprodução da vida que são



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atravessadas por *processos diferenciados* de exploração e opressão e que impõem estratégias que historicamente foram apagadas e invisibilizadas por uma interpretação restrita de luta revolucionária. Suas lutas de resistência e por liberdade não são lutas apenas identitárias, mas são lutas necessárias para a reprodução da própria classe trabalhadora, múltipla, diversa, heterogênea.

É urgente retomarmos uma teorização capaz de apreender a totalidade social a partir de Marx, reconhecendo a violência capitalista e o apagamento de lutas anticoloniais, anti-imperialista, feministas, antirracistas e anti-LGBTQIAPN+fóbicas, como premissa para reafirmarmos a classe trabalhadora como sujeito revolucionário, apreendendo-a em seu sentido amplo e redimensionar o que entendemos por luta de classes.

6. Referências

ARRUZZA, CINZIA. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.** Tradução de Camila Massaro de Góes. Revista Outubro, nº 23, 2015.

ARRUZZA, CINZIA. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo.** Tradução de Nina Jacomini. São Paulo: Usina Editorial, 2019a.

13

BHATTACHARYA, Tithi. **Como não passar por cima da classe** In: Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão / Tithi Bhattacharya ; tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. **Explicando a violência de gênero no neoliberalismo/Explaining gender violence in the neoliberal era.** Tradução de Laura Viríssimo. Revista Marx e o Marxismo, v.7, n.12, jan/jun 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi, 2019a. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf>. Acesso em: 10 de mai. de 2022.

FERGUSON, Susan. **Las Mujeres y El Trabajo - Feminismo, Trabajo y Reproducción Social**. Barcelona: VientoSur, 2020.

FRASER, Nancy. **Contradições entre capital e cuidado/Contradictions of capital and care**. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, mai/ago 2019 [2016].

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

MACHADO GOUVEA, Marina. **Considerações sobre marxismo, filosofia da práxis e 'questão social'**. In: Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social. Vitória, 2017.

MACHADO GOUVEA. **Marxismo, questão social e capitalismo dependente**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social. Vitória, 2018.

MACHADO GOUVEA, Marina; MASTROPAOLO, Josefina. **Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética**. In: Anais do Congresso Internacional Marx e o Marxismo. Niterói, 2019.

MACHADO GOUVEA, Marina; CARDUZ ROCHA, Camila. **Trabajo Social y lucha antirracista, antipatrical y anti-imperialista: una actitud política necesaria**. Revista Eleuthera, Universidad de Caldas, 2021.

14

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Trad. Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em julho de 2023.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política**. Bertrand Brasil, 1988.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária.** 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** In: Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Brasília, 2020.

ROCHA, Camila C., Benitez, C., Saraiva, C., Azevedo, G., Moraes, L. d., Roncato, M. S., . . . Ruas, R. **Apresentação das tradutoras.** 2022. In: Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária/Lise Vogel; tradução da Equipe da Equipe de Tradução do Grupo de Estudo sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS).

RUAS, Rhaysa. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** 2019. 225 f. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RUAS, Rhaysa. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas.** In: Revista Direito e Práxis, UERJ, Rio de Janeiro, v.12, n. 01, 2020.

VARELA, Paula. **La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas.** Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda, n. 16, p. 71-92, 22 mar. 2020.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres, rumo a uma teoria unitária.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.